

## **Eurodeputados dão luz verde às novas regras de prevenção e combate à manipulação dos mercados da eletricidade**

Bruxelas, 07-09-2023

Os deputados da Comissão da Indústria, investigação e Energia (ITRE), do Parlamento Europeu, aprovaram nesta quinta-feira, com 53 votos a favor, duas abstenções e apenas seis votos contra, a revisão do **Regulamento de Proteção da União Contra a Manipulação do Mercado Grossista da Energia (REMIT)**, da qual foi relatora-principal a eurodeputada do PSD, Maria da Graça Carvalho.

Esta revisão, que surgiu como **resposta à turbulência registada nos preços da energia no contexto da invasão da Ucrânia pela Rússia**, integra-se numa reforma mais abrangente do Desenho do Mercado Europeu da Eletricidade, **e tem como principal objetivo proteger melhor os consumidores europeus de práticas especulativas passíveis de inflacionar os preços e causar perturbações no abastecimento.**

Na reunião da ITRE foi igualmente decidido, com 50 votos favoráveis, dez contra e uma abstenção, iniciar de imediato negociações com o Conselho Europeu. Um passo importante, dado o carácter de urgência pedido pela Comissão Europeia para estas revisões, que tem decorrido em tempo recorde.

**“O processo no Parlamento Europeu está a ser feito num tempo recorde”, refere Maria da Graça Carvalho.** “E isto acontece num contexto negocial difícil, porque **existiam sensibilidades diferentes, nomeadamente em relação ao reforço dos poderes e da esfera de atuação da Agência de Cooperação dos Reguladores da Energia (ACER)**”, acrescenta. **“Felizmente foi possível chegar a uma base de entendimento sólida no Parlamento, iniciando-se agora as negociações com o Conselho”.**

Segundo as regras acordadas, **a ACER poderá intervir diretamente face a suspeitas de práticas ilícitas em operações envolvendo pelo menos dois Estados-Membros, passando também a poder determinar sanções**, cujos montantes serão definidos posteriormente pela Comissão Europeia. Ao mesmo tempo, procurou-se preservar os poderes dos reguladores nacionais.

A reforma procura também **harmonizar o REMIT com a legislação europeia em geral, nomeadamente as disposições relativas aos mecanismos de fixação de preço do gás natural liquefeito (LNG)**, que constavam do pacote de emergência adotado no ano passado e que a Comissão tinha introduzido, sem alterações, na sua proposta para esta reforma. **A melhor articulação da ACER e dos reguladores nacionais com outras autoridades, nomeadamente do setor financeiro, foi outra preocupação.** Já no que respeita aos participantes no mercado, foi feito um **esforço para reforçar os seus deveres de transparência e de prestação de contas, incluindo participantes oriundos de países terceiros, sendo ao mesmo tempo adotadas medidas destinadas a evitar que os pequenos operadores possam ser sujeitos a um acréscimo de carga burocrática.**